



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDERIOCLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº do processo: 443125
Folha nº: 060
Assinatura: [assinatura]

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART 6, XXIII, a da Lei 14133/2021)

1.1 Descrição do Objeto

Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços Médicos – Diagnóstico e Tratamento, dos pacientes encaminhados pela Rede Municipal de Saúde Rio Claro-RJ.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Nº DE CONSULTAS
1	CARDIOLOGIA I 4693	SERV	4800 400
2	ECG LAUDO	SERV	2400 200
3	PLANTÃO DE DISPONIBILIDADE CARDIOLOGIA	SERV	180 15
4	GASTRO CONSULTA	SERV	3440 120
5	GASTRO EDA	SERV	480 40
6	GASTRO COLONO	SERV	240 20
7	ORTOPEDISTA	SERV	5280 440
8	PLANTÃO DE DISPONIBILIDADE - ORTOPEDIA	HORAS	5928 744
9	PNEUMOLOGISTA	SERV	1440 120
10	NEUROCIRURGIÃO	SERV	960 80
11	MASTOLOGISTA	SERV	840 70
12	OTORRINO	SERV	1200 100
13	REUMATOLOGISTA	SERV	720 60
14	GERIATRA	SERV	1200 100
15	CIRURGIA DERMATO	SERV	420 35
16	ALERGOLOGISTA	SERV	480 40
17	ALERGOLOGISTA TESTE SENSIBILIDADE	SERV	480 40
18	PLANTÃO DE DISPONIBILIDADE CIRURGIA GERAL	SERV	372 31
19	CIRURGIA GERAL ROTINA HOSPITALAR	SERV	960 80
20	PLANTÃO DE DISPONIBILIDADE 08HX5D - ANESTESIOLOGIA	HORAS	2880 240
21	PLANTÃO DE DISPONIBILIDADE 24HX7D - ANESTESIOLOGIA	HORAS	8928 744
22	PSIQUIATRIA INFANTIL	SERV	2400 200
23	ENDOCRINOLOGIA	SERV	1440 120

1.2 – TABELA DE RELAÇÃO EXPLICITA DOS MEDICOS – ATENDENDO A DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES E PRÉ REQUISITOS (ANEXO)

1.3 - RELAÇÃO EXPLICITA DOS EQUIPAMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ENDOSCÓPICOS E GRÁFICOS CONTENDO NUMERO DE SÉRIE E FOTO

[assinatura]



2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art.6, XXIII, a da Lei 14.133/2021)

2.1 Vigência Contratual

A contratação será por um período de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato.

2.2 Prorrogação do contrato

O contrato poderá ser prorrogado nos termos legais, desde que obtidas condições vantajosas para a administração pública.

2.3 Previsão de reajuste

Em caso de prorrogação dos contratos, o reajuste terá como índice a variação do IGPM do FGV ou pelo IPCA do IBGE, sendo este índice escolhido pela CONTRATANTE utilizando aquela que for menor no mês de referência, ou seja, o mês da apresentação da proposta.

Caso o menor índice esteja negativo e venha a acontecer alguma contestação pela parte CONTRATADA, caberá a parte CONTRATANTE, por meio do atual ordenador(a), autoridade competente responsável pelo contrato em questão, negociar o percentual a ser aplicado ou até mesmo prorrogar sem aplicação de reajuste, ou seja, manter o valor já contratado com o aval/aceite da parte CONTRATADA.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Interesse Público

Tendo em vista a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde em realizar serviços médicos – diagnóstico e tratamento, bem como serviços médicos em atendimento a demanda do centro de especialidades médicas e do Hospital Municipal Nossa Senhora da Piedade de Rio Claro-RJ.

3.2 Metodologia do quantitativo

A metodologia de quantitativo aplicada tem por base o quantitativo de atendimentos já realizados.

3.3 Justificativa do Quantitativo solicitado

Garantir a continuidade e tratamento adequado, acesso aos cuidados de saúde, obedecendo aos preceitos do SUS e garantia Constitucional.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se nos objetivos da Lei nº 14.133/2021, notadamente os previstos em seu art. 11, incisos I e III, que visam assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e evitar contratações com preços inexequíveis. O objeto trata-se de serviço comum de natureza continuada, de essencial interesse público, voltado à manutenção dos atendimentos ambulatoriais e hospitalares do SUS no município.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Levando-se em consideração as especificidades e natureza do objeto em comento, a prestação de serviços médicos – diagnóstico e tratamento, em atendimento a demanda oriunda da Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Especialidades Médicas e do Hospital Municipal Nossa Senhora da Piedade, tendo em vista o município possuir aproximadamente 17 mil habitantes conforme dados do último Censo, o município de Rio Claro com respaldo do artigo 176 da lei 14133/2021 e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal nº4454 de 10/01/2025, a solução que se revelou como mais vantajosa para a prestação de serviços foi a contratação através da modalidade Pregão Presencial.

5.2 Garantia e/ou assistência técnica

A contratação deste tipo de serviço não prevê garantia e/ou assistência técnica, cabendo a empresa garantir atendimento com profissional médico com capacidade técnica comprovada nas áreas dos procedimentos e exames.

5.3 Garantia da execução do Contrato.

Não haverá exigência da garantia da contratação.

Nº do processo: 443/25

Folha nº: 012

Assinatura: 

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Qualificação Técnica

A empresa deve possuir inquestionável reputação ético-profissional, devendo comprovar que atua no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, com comprovação de experiência por meio de Atestado que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. (Atestado de Capacidade Técnica)

A empresa deve comprovar estar apta a executar a prestação de serviços junto ao seu Conselho Competente (Certidão de Registro CREMERJ Empresa, com validade vigente)

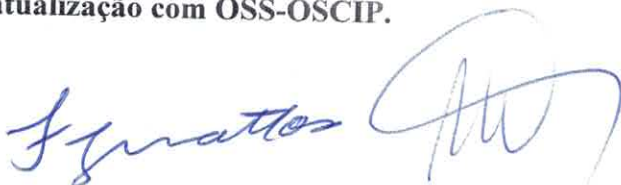
A empresa contratada deve dispor de equipe habilitada, que compreenderá profissional devidamente registrado e regular em seu conselho de classe (CREMERJ) a respectiva comprovação deverá ter data de emissão máxima de 06 (seis) meses, além da comprovação de regularidade junto ao conselho competente a empresa deverá apresentar comprovação de formação profissional de toda sua equipe, atendendo ao Item 1.2 do Termo de Referência.

A empresa contratada deve comprovar Registro ativo no CNES. (Registro CNES)

A empresa deverá comprovar infraestrutura operacional através da apresentação da relação explícita de médicos e suas especialidades na quantidade necessária a atender o objeto do presente estudo. (Relação explícita de médicos – (ITEM 1.2 – ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA), relação explícita dos equipamentos para a realização dos procedimentos endoscópicos e gráficos contendo número de série e foto. (ITEM 1.3 ANEXO AOS TERMOS DE REFERÊNCIA).

A empresa contratada deverá possuir sede ou filial localizada em distância máxima de 50 km do município de Rio Claro, como condição para assegurar economicidade no transporte de pacientes, permitir pronta resposta a intercorrências operacionais e viabilizar a fiscalização presencial da execução do contrato, tal critério baseia-se nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos nos arts 5º e 11, incisos I e III da Lei 14133/2021.

A empresa deverá estar de acordo com o art 17 e 17.1 do Termo de Referência, referente a impossibilidade de impedimentos de contratualização com OSS-OSCIP.





6.3 Vistoria Prévia

Não será exigida vistoria prévia para execução do serviço.

6.4 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observando o §3º do art. 17, Lei nº14133/2021)

Não cabe previa para execução do serviço.

7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante, devidamente registrado na Junta Comercial;

7.2- O MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial;

7.3- A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário;

7.4- Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham os seguintes documentos:

7.4.1- Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

7.4.2- Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário que deverá ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

7.4.3- Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

7.5- Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita por meio do calculo dos índices contábeis referentes a liquidez geral (LG) liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) os quais deverão ser igual ou superiores a 1,0 (um), a saber:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDERIOCLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº do processo: 443125

Folha nº: 014

Assinatura: 

LG = Ativo Circulante + Ativo não Circulante

Ativo Circulante + Ativo não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo não circulante

7.6- A licitante que evidenciar índices contábeis inferiores a 1 (um), poderá alternativamente comprovar a capacidade econômico – financeira possuindo patrimônio líquido igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor estimado para contratação;

7.7- Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não antecedente a 90 (noventa) dias;

7.8- As empresas que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar no momento da habilitação o plano de recuperação homologado pelo juízo competente, na forma dos arts. 58 e 165 da Lei 11.101/2005;

7.9- Ficam dispensadas da apresentação da certidão do item 3.7, as empresa sediadas nos Estados onde a certidão de falência é emitida pelo Tribunal de Justiça e engloba a distribuição em todas as comarcas do Estado.

7.10 Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços

A documentação para habilitação exigida é conforme descrito na Lei nº 14.133/2021.


f. mattos



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDERIOCLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nº do processo: 443125

Folha nº: 015

Assinatura:

7.11 A contratada deverá apresentar uma distância máxima de 50 km do município de Rio Claro, seguindo o princípio da economicidade, visto que os pacientes necessitam ser transportados por veículo do município.

8 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (ART. 40 §1º, II DA Lei 14133/2021)

8.1 O prazo para início da execução dos serviços será de 1 (um) dia corrido após a assinatura do contrato;

8.1 Os agendamentos serão realizados conforme necessidade de rede municipal de saúde.

9 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6, XXIII, e da Lei 14133/2021)

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei 14133/2021.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14133/2021.

9.3 A execução do contrato deverá produzir os resultados pretendidos, sendo eles, a entrega do relatório mensal de atendimentos realizados.

9.4 A execução da prestação de serviço será sediada toda ela sob os limites territoriais do município de Rio Claro, incluindo a zona rural. É de responsabilidade da empresa contratada a garantia de acesso e cumprimento de agenda na modalidade proposta.

10 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Nos termos do Art. 117 da Lei 14133/2021, será(ão) designado(s) representante (s) da administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário a regularização de faltas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente a administração ou terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei 14133/2021.

Ficam indicados como futuro fiscal e futuro gestor do contrato os seguintes servidores: Maria Augusta Monteiro Ferreira – Ordenadura de Despesas e Fernanda Gonçalves Mattos / Cargo: Diretora do Depto de Planejamento, Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria.

10.3

6



11 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14133/2021)

11.1 O pagamento será realizado no prazo de 15(quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art 141 da Lei 14133/2021.

11.2 Considera-se como marco inicial na ordem cronológica de exigibilidade, para efeito de inclusão do critério na sequência de pagamentos, a data do “atesto” da nota fiscal eletrônica, danfe, fatura ou documento equivalente pela unidade administrativa responsável pelo contrato.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR SERÁ POR PREGÃO PRESENCIAL (art. 28, inciso I da lei 14.133/2021)

12.1 A contratação fundamenta-se artigo art. 28, inciso I da lei 14.133/2021.

13 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14133/2021)

13.1 O custo estimado da contratação é de R\$ xxxxx (por extenso)

14 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

14.1 DA CONTRATADA

14.1.1 Designar para a prestação do serviço, profissionais qualificados e em número suficiente para garantir a adequada prestação dos serviços, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelos serviços prestados, de modo satisfatório e de acordo com as determinações da CONTRATANTE.

14.1.2 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, ou seja, todas as certidões atualizadas e vigentes;

14.1.3 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos e critérios de qualidade, conforme especificados no Termo de Referência;

14.1.4 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja por falha, desde que praticadas por seus empregados quando da execução do serviço prestado;

14.1.5 Arcar com as despesas referentes ao objeto, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais, incidentes sobre os serviços prestados;

14.1.6 Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

14.1.7 Comunicar à CONTRATANTE por escrito quando forem verificadas situações ou eventuais problemas com o objeto deste termo de referência, e é de responsabilidade da CONTRATADA reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultante da execução;

14.1.8 Havendo a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita

Handwritten signature in blue ink.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDERIOCLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nº do processo: 443125

Folha nº: 017

Assinatura:

execução do serviço, comunicar tal fato à Secretaria Municipal de Saúde, em tempo hábil, por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada;

14.1.9 Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados, facilitando o acompanhamento e a fiscalização por parte de CONTRATANTE;

14.1.10 Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, as despesas relacionadas aos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

14.2 DA CONTRATANTE

14.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações assumidas;

14.2.2 Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;

14.2.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos: quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

14.2.4 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação das obrigações;

14.2.5 Somente efetuar pagamentos à CONTRATADA quando comprovada a regularidade fiscal, que obrigatoriamente, precederá a liquidação da despesa pelo Setor Financeiro e Contábil da Prefeitura;

14.2.6 Rejeitar qualquer serviço e material equivocadamente em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

14.2.7 Proporcionar condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato e legislações pertinentes;

14.2.8 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Termo de Referência;

14.2.9 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após a realização dos serviços/confirmação da execução contratual, estando de acordo com emissão da Nota Fiscal.

15 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)
Quadro anexo

16 DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1 Para efetiva participação da CONTRATADA no certame, na dispensa ou na inexigibilidade, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, fará o tratamento dos dados pessoais dos representantes legais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDERIOCLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

e outros, de acordo com o definido nas legislações vigentes, e zelar e responsabilizar-se-á pela proteção dos dados e privacidade.

16.2 A CONTRATADA obriga-se, durante a participação em todas as fases do procedimento, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, especialmente a regulamentação contida na Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.

Nº do processo: 443125
Folha nº: 018
Assinatura:


Assinatura



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDERIOCLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nº do processo: 443125

Folha nº: 019

Assinatura: 

16.3 O MUNICÍPIO DE RIO CLARO e a CONTRATADA, ao realizar o tratamento de dados pessoais, o farão de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

16.4 A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou seu preposto, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, zelando e responsabilizando-se pela proteção dos dados e privacidade, especialmente dos dados sensíveis.

16.5 É vedada à CONTRATADA a utilização de qualquer dado pessoal repassado em decorrência do contrato, no processo de dispensa e inexigibilidade de licitação para finalidade distinta da participação, seus prepostos deverão, no mesmo sentido, cumprir com as respectivas obrigações que lhe forem impostas de acordo com regulamento e legislação vigente.

16.6 A CONTRATADA tem o dever de notificar o MUNICÍPIO DE RIO CLARO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência de acessos não autorizados, alterações, comunicações, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

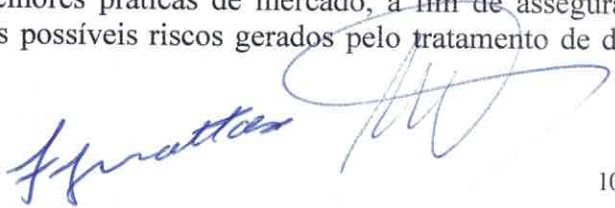
16.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ilícito que causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais.

16.8 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO DE RIO CLARO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste instrumento quanto à proteção e ao uso de dados pessoais.

16.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

16.10 As disposições no tocante à proteção de dados permanecem durante toda execução do objeto a ser contratado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste procedimento, na medida da alteração dentro de seu escopo. Mesmo que encerrada a vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16.11 Por ocasião da assinatura do futuro contrato, a(s) empresa(s) sagrada(s) vencedora(s), deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, a fim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais em sua estrutura organizacional.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº do processo: 443125
Folha nº: 020
Assinatura:

16.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ poderá solicitar à(s) EMPRESA(s) vencedora(s) do certame dados de contato do seu respectivo encarregado de dados, conforme exigidos nos documentos de habilitação jurídica.

16.13 A LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ deverá acessar o link www.rioclaro.rj.gov.br e, para maiores informações, poderá entrar em contato com o Encarregado de Dados por meio do endereço eletrônico de e-mail lgpd@rioclaro.rj.gov.br.

17 IMPEDIMENTOS DE CONTRATUALIZAÇÃO COM OSS-OSCIP

17.1- Pautado na ACP nº: 0001493-72.2010.5.01.0401 (PAJ nº 004533.2012.01.000/1) Autor: Ministério Público do Trabalho, onde o município fica expressamente **PROIBIDO** a contratação de trabalhadores por meio de qualquer OSCIP, entidade não governamental ou empresa que estejam prestando aos réus e aos seus órgãos serviços não eventuais e subordinados, sob pena de aplicação de multa diária por cada trabalhador.

18 GERAIS

Não há disposições gerais.

19 ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – COTAÇÕES.

ANEXO II - TABELA DE RELAÇÃO EXPLICITA DOS MEDICOS-ATENDENDO A DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES E PRÉ REQUISITOS (ITEM 1,2).

ANEXO III - RELAÇÃO EXPLICITA DOS EQUIPAMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ENDOSCÓPICOS E GRÁFICOS CONTENDO NUMERO DE SÉRIE E FOTO (ITEM 1,3).

Fernanda Gonçalves Mattos

Diretora do Depto de Planejamento, Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria
Matr: 31/346

Rio Claro, 18 de agosto 2025.
Fernanda Gonçalves Mattos
Planejamento Controle
Regulação Avaliação e Auditoria
Matrícula 33/748

Maria Augusta Monteiro Ferreira

Secretária Municipal de Saúde

MAT- 33/722